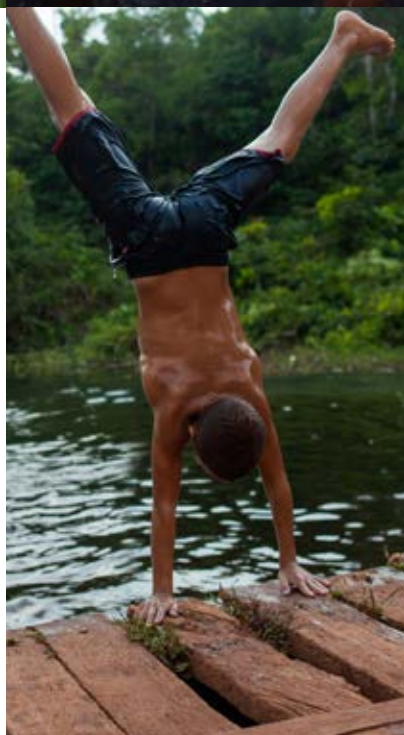




FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL



RELATÓRIO
ANUAL
2023



EQUIPE RESPONSÁVEL

EQUIPE FUNBIO

ROSA LEMOS

Secretária Geral

MANOEL SERRÃO

Superintendente de Programas

MARIANA MIGUEL

Gerente de Portfólio

ANDRÉIA MELLO

Gerente de Projetos

HELIZ COSTA

Analista de Projetos até
outubro de 2023

LUCAS LIMA

Analista de Projetos a partir
de novembro de 2023

GUSTAVO FURINI

Consultor até março de 2023

LARISSA PINHEIRO

Consultora a partir de
setembro de 2023

AYLTON COELHO

Superintendente de
Planejamento e Gestão

MARILENE VIERO

Coordenadora de Controle Financeiro

ANA PAULA LOPES

Analista Financeiro

HENRIQUE YOKOYAMA

Superintendente de
Aquisições e Logística

FERNANDA JACINTHO

Coordenadora de
Aquisição e Logística

SUZANA AMORA

Coordenadora de Contratos

ALESSANDRO JONADY

Analista de Aquisição
e Logística

WILLIAN EDGARD

Comprador

FLÁVIA NEVIANI

Gerente jurídico

MÔNICA FERREIRA

Gerente PMO

HELIO HARA

Gerente de Comunicação
e Marketing

DANIELE SOARES

Contadora

VINICIUS BARBOSA

Tecnologia da Informação

ALESSANDRO DENES

Tecnologia da Informação

NATÁLIA CORRÊA

CEDOC

FLÁVIA MOL

Administração

EQUIPE SEMAS

JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário Adjunto de Gestão de Recursos Hídricos e Clima

RODHOLPO ZALUTH BASTOS

Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental

TÁTILLA BRITO

Coordenadora Jurídica

BRENDA HACHEM

Diretora de Planejamento Estratégico e Projetos Especiais a partir de março de 2023

WENDELL ANDRADE

Diretor de Planejamento Estratégico e Projetos Especiais até fevereiro de 2023

CARLA LIMA REIS

Diretora de Tecnologia da Informação

CAMILLA FIGUEIREDO

Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes

CAMILLE BEMERGUY

Diretora de Bioeconomia, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais até março de 2023

RENATA NOBRE

Diretora de Bioeconomia, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais a partir de abril de 2023

FÁTIMA FERREIRA

Técnica em Gestão Pública – Administradora

PALMIRA FERREIRA

Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Bióloga

ADRIANA NEVES

Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Engenheira Florestal a partir de abril de 2023

THAIS BORGES

Assistente Administrativa até março de 2023

NATÁLIA NAGLE

Assessora Técnica

DIANA CASTRO

Assessora Técnica

Sumário

PERSPECTIVAS FUTURAS	6
1. FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)	12
2. GOVERNANÇA	14
2.1. Nível estratégico	15
2.2. Nível tático	17
2.3. Nível Operacional	18
3. FORTALECENDO O FAO	19
4. PRIORIZAÇÕES, RESULTADOS E DIÁLOGOS	22
4.1. Recuperação de áreas degradadas e o incremento de estoques florestais	23
4.2. Promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais	33
4.3. Ordenamento fundiário, ambiental e sanitário para a produção sustentável	38
5. METAS	47
6. PANORAMA FINANCEIRO	51
7. PROJETOS	53
7.1. TAC JBS	54
7.2. TAE IMERYS	55
7.3. Instituto Clima e Sociedade (ICS)	57
7.4. Fundação Gordon e Betty Moore	59
8. RESULTADOS OBTIDOS	62
9. PROSPECÇÕES	64
10. AÇÕES FUTURAS	67

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Reunião do CGFAO em 30 de agosto de 2023.....	13
FIGURA 2 - Reunião com parceiros em 13 de julho de 2023.....	17
FIGURA 3 - Reunião ocorrida em maio de 2023 (Créditos da foto: Malungu).....	30
FIGURA 4 - Reunião realizada em 13 de julho de 2023.....	31
FIGURA 5 - Foto do terreno para implantação do Data Center em julho de 2023.....	36
FIGURA 6 - Foto do local após as intervenções.....	37
FIGURA 7 - Fluxo desenhado pela SEMAS em parceria com as demais áreas convidadas.....	39
FIGURA 8 - Reunião do CAR/PCT em Portel.....	41
FIGURA 9 - Reunião ocorrida em Portel com representantes locais.....	42

**HELDER BARBALHO,
GOVERNADOR DO PARÁ**



“Como Governador do Estado do Pará e Presidente do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental, comemoro os resultados alcançados pelo Fundo da Amazônia Oriental, o FAO. Desde a sua implementação, em 2019, o Fundo já realizou a captação de recursos na ordem de R\$ 31 milhões, o que comprova sua eficácia.

Esses recursos irão acelerar o alcance de metas ambientais e de desenvolvimento sustentável do Pará. O objetivo é reduzir o desmatamento ilegal, a emissão de gases de efeito estufa, apoiando a transição econômica e social do estado para o desenvolvimento sustentável baseado em uma economia de baixas emissões, além de ajudar a viabilizar o cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará.

Para isso, o FAO ajuda a viabilizar a adoção de medidas alinhadas com os Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entre essas medidas, podemos destacar o processo de Transformação Digital da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará por meio da implementação do Cadastro Ambiental Rural Automatizado - CAR 2.0, garantindo desenvolvimento, qualidade e segurança de dados; o apoio à criação de pelo menos 200 mil hectares por meio da designação formal de Territórios Quilombolas ou Reservas de Uso Sustentável; além de uma estratégia de sementes e viveiros para a recuperação de áreas degradadas e o aumento dos estoques florestais.

Desta forma, o FAO tem atuação decisiva no fomento de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais, na recuperação de áreas degradadas e na implementação e consolidação de Áreas Protegidas.

Um desafio desse porte precisava do apoio de um modelo de financiamento inovador, que pudesse unir os esforços da gestão pública com a iniciativa privada e a sociedade civil. Com o potencial que já apresenta no início de sua trajetória, o FAO se estabelece como ferramenta de colaboração privada ao alcance das metas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará e irá ajudar a consolidar a liderança do estado na conservação e uso sustentável da Amazônia.

Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável é firme e o FAO é um pilar nessa missão. Juntos, construímos um futuro mais próspero e sustentável.”

**MAURO O'DE ALMEIDA,
SECRETÁRIO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE DO PARÁ**



"Como Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, é com imenso orgulho que compartilho **os resultados alcançados no ano de 2023** do Fundo Amazônia Oriental (FAO). Esta iniciativa, uma inovação em financiamento ambiental, demonstra o compromisso do Governo do Pará com o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

O FAO não é apenas um mecanismo financeiro, mas também um exemplo de colaboração eficaz entre o Governo, a Sociedade Civil e o Empresariado. Desta forma, garantimos que os recursos sejam aplicados com transparência, eficiência e alinhados às políticas públicas e à legislação do Estado.

Até o final de 2023, uma captação de aproximadamente R\$ 31 milhões e rendimentos próximos a R\$ 3 milhões já demonstravam a eficiência do FAO como uma ferramenta transparente no financiamento de iniciativas ambientais.

Neste mês de abril, celebramos um de seus marcos mais significativos, com a transferência de R\$ 35 milhões para o FAO, destinados a projetos que beneficiarão diretamente as comunidades de Barcarena e Abaetetuba, em recursos provenientes de um aditivo ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

Os rendimentos acumulados são reinvestidos em projetos que colaboram diretamente para o alcance das metas previstas no

Plano Estadual Amazônia Agora e alavancam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais.

O que reflete nossa determinação em promover ações que tenham um impacto positivo tangível na vida das pessoas e no meio ambiente.

Entre essas ações, podemos destacar:

Estratégia de Sementes e Viveiros: para a recuperação de áreas degradadas e o aumento dos estoques florestais através da elaboração da implementação da rede de sementes e criação de núcleo de gestão para coleta e comercialização de sementes nativas em áreas de florestas públicas;

Inventário Florestal: a elaboração de um inventário florestal abrangendo cerca de 350.000 hectares, visando a criação de uma Floresta Estadual (FLOTA), além de contribuir para a criação de dois Refúgios da Vida Silvestre (REVIS).

Regularização de territórios quilombolas: Através de titulação e Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Povos e Comunidades Tradicionais em Portel e Baixo Tocantins.

Bioeconomia: Através da promoção de atividades econômicas sustentáveis e o desenvolvimento de cadeias produtivas. Isso inclui o suporte a organizações quilombolas para o fortalecimento de projetos econômicos baseados na sociobiodiversidade.

Transformação Digital da Semas: implantação de Data Center Modular no Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) do Guamá, visando a modernização e eficiência dos processos.

Programa Territórios Sustentáveis Marajó: Para estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na região, dando suporte para a implementação do primeiro TS Marajó .

Essas e outras realizações demonstram que o Fundo Amazônia Oriental (FAO) representa um compromisso firme com o futuro da Amazônia, promovendo ações concretas para garantir sua preservação e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e social da região.

Olhando para o futuro, o cenário é promissor, com expectativas de fechamento de acordos e doações para 2024 de diversas fontes, incluindo cooperação internacional e acordos com o BID e o MPF. Essas perspectivas reforçam nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção da Amazônia.

Estamos empenhados em garantir que cada real seja investido com responsabilidade e foco em resultados que beneficiem tanto o meio ambiente quanto as comunidades do Pará.

Estamos confiantes de que, por meio do FAO e com a participação ativa de todos os setores da sociedade, continuaremos a avançar em direção a um Pará mais verde e próspero, onde o desenvolvimento e a sustentabilidade caminham lado a lado."

**ROSA LEMOS,
SECRETÁRIA-GERAL
FUNBIO**



“O Brasil se prepara para ser o centro de importantes discussões mundiais, tendo a Amazônia, e em especial o estado do Pará, em destaque no cenário global. Para isso, o FAO tem buscado a parceria de diferentes atores sociais e uma visão de longo prazo para ações a serem tomadas.

A preparação para reunião do G20, assim como as discussões no âmbito das COPs da Biodiversidade e do Clima estão estruturando os caminhos para a COP 30, que ocorrerá em 2025 em Belém. Uma miríade de possibilidades, que exigem propostas e ações concretas de financiamento para a conservação e para a ampliação da proteção socioambiental da Amazônia.

O FAO ao longo de 2023 reuniu diferentes setores e apoiou a estruturação do Plano Estadual Amazônia Agora. Com base nas diretrizes trazidas, houve um avanço na incorporação da temática quilombola, assim como a ampliação das ações de restauração e a pactuação das linhas de apoio para a criação de novas áreas protegidas. Um ano de construção de bases sólidas para execuções consistentes”.



Fundo da Amazônia Oriental (FAO)

O Fundo da Amazônia Oriental (FAO) é um mecanismo operacional e financeiro privado do Pará, voltado ao fortalecimento de políticas públicas e de iniciativas sociais estabelecidas com foco no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável do estado. Idealizado para ser uma iniciativa privada de apoio às finalidades públicas, o FAO se insere no conjunto de estratégias de implementação de políticas estaduais de combate ao desmatamento, no incentivo à restauração, na produção sustentável e na conservação ambiental, que tem como principal documento norteador o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), política pública voltada para o desenvolvimento econômico sustentável e o combate ao desmatamento, lançada em 3 de agosto de 2020, por meio do Decreto n.º 941.

Com uma estrutura de governança própria e metas específicas, o FAO vem se desenvolvendo como uma importante ferramenta de apoio às políticas públicas do estado do Pará. Muito além de um mecanismo financeiro, a equipe do FAO tem apoiado a estruturação e a operacionalização de políticas públicas.



2

Governança

Para que a execução de projetos pelo FAO seja realizada de forma célere, com base em procedimentos eficazes e efetivos, uma estrutura de governança e de gestão foi desenhada para criar os fluxos, os tipos de decisão e os fóruns de debate. Em que pese o fato de ser um mecanismo de apoio ao PEAA, o FAO possui uma governança própria, que dialoga com as estruturas do PEAA, porém, com um caráter mais executivo, voltado para dar respostas aos compromissos assumidos com os parceiros.

A estrutura de governança do mecanismo financeiro e operacional é baseada em planejamentos que visam definir os objetivos a serem alcançados e a forma como será realizada a execução desses objetivos, tanto externa quanto internamente. Esses planejamentos vão desde linhas macro de atuação até o detalhamento de padrões e procedimentos de operacionalização dos projetos.

Para que seja possível realizar o conjunto de atividades necessárias, dentro dos diferentes tipos de atuação das instâncias existentes, foram definidos três níveis de atribuição, que se diferenciam nos tipos de ações envolvidas e em como cada planejamento influencia no resultado geral da estrutura de decisão do mecanismo financeiro e operacional.

Os níveis de atribuição estão diretamente relacionados com as instâncias do mecanismo financeiro e operacional, tendo sido divididos em: estratégico, tático e operacional. Nesses níveis são divididas ainda as atribuições consultivas e deliberativas.



3 NÍVEIS DE ATRIBUIÇÃO:

- estratégico
- tático
- operacional

2.1 NÍVEL ESTRATÉGICO

O nível estratégico é responsável pelo planejamento de ações de longo prazo, no qual há tomada de decisões que influenciam as metas, os objetivos e os procedimentos do mecanismo financeiro e operacional. Suas funções estão associadas ao alto grau de complexidade e responsabilidade que envolvem as estratégias de atuação definidas para o FAO.

As decisões nesse nível são deliberativas e visam dar eficácia, eficiência e efetividade aos acordos realizados entre as partes, garantindo a exequibilidade das ações. Para isso foi composto o Comitê Gestor do FAO (CGFAO), criado por meio do Decreto Estadual n.º 346, de 14 de outubro de 2019, instrumento que define a sua composição.



Figura 1 - Reunião do CGFAO em 30 de agosto de 2023.

As representações são periodicamente revistas, alterando-se conforme orientação dos órgãos públicos e disponibilidade dos representantes da sociedade civil. Em 2023, tivemos os seguintes representantes no comitê:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO		
MEMBROS	REPRESENTANTES	SUPLENTE
Governador do Estado (presidência)	Helder Zahluth Barbalho	José Mauro de Lima O'de Almeida
Um representante da SEMAS (vice-presidência)	José Mauro de Lima O'de Almeida	Wendell Andrade A partir de agosto de 2023: Brenda Hachem
Um representante da SEPLAD	Ivaldo Renaldo de Paula Lêdo A partir de março de 2023: Elieth de Fátima da Silva Braga	Brenda Rassy Carneiro Maradei
Um representante do IDEFLOR-Bio	Karla Lessa Bengtson A partir de março de 2023: Nilson Pinto	Gracialda Costa Ferreira A partir de agosto de 2023: Julio Meyer
Um representante do ITERPA	Bruno Yoheiji Kono Ramos	Yngrid Henrique Tavares Rodrigues Santa
Um representante da SEDEME	José Fernando Gomes Junior A partir de abril de 2023: Paulo Eduardo Bengtson	Anadelia Divina Santos A partir de abril de 2023: Gil Sales

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL			
REPRESENTAÇÃO	OSC	MEMBRO	SUPLENTE
Dois representantes de organizações da sociedade civil cujo propósito e conduta sejam comprovadamente de relevante contribuição social e ambiental no Pará	Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)	Eduardo Brito Bastos A partir de agosto de 2023: Gracie Verde Selva	Gracie Verde Selva A partir de agosto de 2023: Eduardo Brito Bastos
	The Nature Conservancy (TNC Brasil)	José Otávio D'Acosta Passos	Karen Pires de Oliveira
Um representante indicado pelo Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA), que deve vir, necessariamente, dos assentos da Sociedade Civil no Fórum		Ronaldo Nunes Ramos Amanayé	Luiz Carlos de Oliveira Souza

De acordo com o manual operacional do FAO, o regimento interno do CGFAO e as diretrizes previstas no Decreto Estadual n.º 346, de 14 de outubro de 2019, passados dois anos de atividade, o FAO deve realizar a revalidação das representações da sociedade civil no CGFAO. Conforme deliberação do conselho, o procedimento foi iniciado em dezembro de 2023 e os parceiros foram contatados.

Entre as organizações da sociedade civil, apenas a TNC apresentou interesse na recondução por mais dois anos. Em 2024, haverá nova seleção para a substituição da ABAG, por meio de convocação pública liderada pela SEMAS.

2.2 NÍVEL TÁTICO

O nível tático é responsável pelo planejamento de ações de médio prazo, que envolvam a tomada de decisões e que garantam o cumprimento das orientações do nível estratégico, assim como traduzam a visão, a missão em metas e os indicadores significativos para a medição dos projetos executados via mecanismo financeiro e operacional.

Todas as atividades do FAO em 2023 foram acompanhadas pela SEMAS, por meio da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC), que é a instância responsável pela estruturação estratégica das ações institucionais da secretaria. Os representantes da DPC são responsáveis também pelo acompanhamento do Acordo de Cooperação SEMAS n.º 006/2021 entre a SEMAS e o FUNBIO para a execução do FAO.

2.3 NÍVEL OPERACIONAL

O nível operacional é responsável pela realização de ações de curto prazo, dentro de modelos e padrões pré-definidos, que garantam a execução de projetos vinculados aos eixos de atuação do FAO.

Desde outubro de 2021, é o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que está responsável por este nível, tendo sido escolhido por meio do Edital de Chamamento Público DPC/ SEMAS n.º 001, de 10 de março de 2021, para a atividade contínua e permanente de Gestão Operacional e Financeira do FAO, com vistas à operação de estratégia de colaboração privada de financiamento às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do estado do Pará.



3

Fortalecendo
o FAO

O PEAA é um plano significativo de combate ao desmatamento, que apresenta diferentes possibilidades de implantação e construção de políticas públicas. Nesse sentido, o estado do Pará tem investido na construção conjunta e participativa das formas de atuação em prol do meio ambiente, mas também em atenção aos aspectos socioculturais regionais.

Com a estruturação do FAO, tem sido possível ampliar o apoio qualificado a estruturação das políticas públicas, por meio da escuta ativa de diferentes atores sociais e agentes públicos, bem como a elaboração dos documentos que possibilitam a execução das atividades. Foi um ano dedicado a montar a parte estrutural do fundo e delinear bem os pedidos, em que as atividades desenvolvidas demonstraram a importância do planejamento integrado das ações, a priorização de atuação, associada à capacidade de absorção das demandas por todas as partes envolvidas.



Figura 2 - Reunião com parceiros em 13 de julho de 2023.

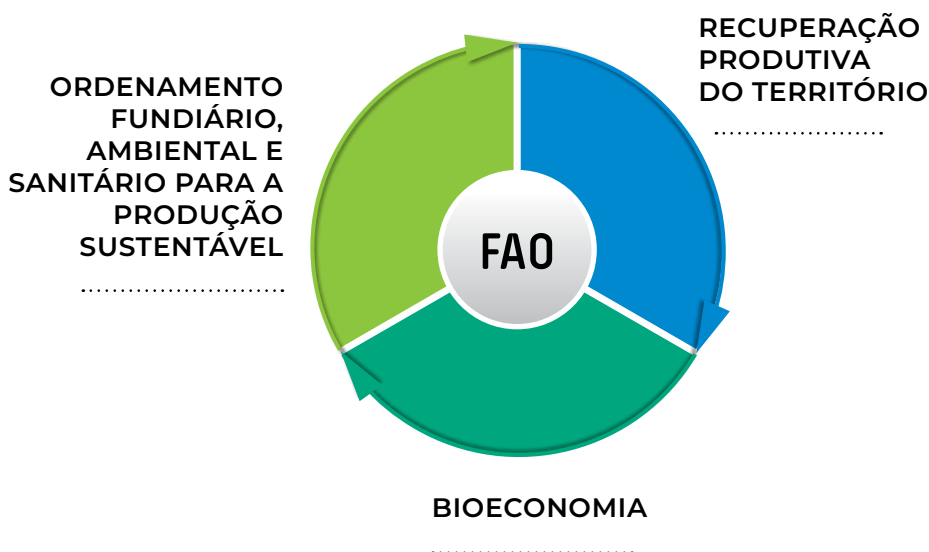
O FAO passou a atuar com múltiplos atores. Diretamente, além da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), foram estruturadas ações em conjunto com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio). Também houve significativas trocas com a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Pará e organizações da sociedade civil, dentre outros importantes atores. Há sempre o reconhecimento às contribuições de cada um desses agentes para a promoção de uma melhor qualidade de vida e do meio ambiente para o Pará.



4

Priorizações,
resultados
e diálogos

Desde a constituição do FAO, três eixos principais foram escolhidos pelo CGFAO como prioridades de atuação. Em 2023, o trabalho conjunto da equipe do FAO com os representantes governamentais permitiu a elaboração de algumas estratégias que contemplassem todos os pontos escolhidos e atendessem às metas do PEAA.



Muitos bens e serviços, antes de serem contratados, exigiram uma reflexão conjunta sobre as melhores formas de atuação e sinergia com projetos de outros parceiros da SEMAS. Por meio do diálogo, foram estruturadas linhas de apoio que se compatibilizam com as prioridades do CGFAO da seguinte forma:

4.1 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E O INCREMENTO DE ESTOQUES FLORESTAIS

As estratégias para recuperação de áreas degradadas e o incremento de estoques florestais são variadas. O Governo do Estado direcionou algumas iniciativas para apoio do FAO, visando com isso acelerar atuações concomitantes. Em 2023, o FAO se dedicou aos seguintes pontos:

**Elaboração da estratégia de sementes**

Florestas públicas
Baixo Tapajós

**Elaboração da estratégia de viveiros**

Florestas públicas

**Inventário florestal**

350 mil hectares de Portel Marajó

**Diagnóstico para criação de UCs**

1 Flota e 2 REVIS Marajós

**Titulação de áreas quilombolas**

Georreferenciamento de 11 mil hectares no Nordeste Paraense

Esses pontos se conectam de diferentes formas com o PEAA e as prioridades de atuação indicadas.

• RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Dentro das estratégias de recuperação de áreas degradadas, está o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN/PA), que funciona como base do planejamento e trouxe reflexões sobre os desafios que vêm sendo enfrentados tanto em relação a sementes quanto em relação às mudas, dois insumos essenciais para as metas estaduais até 2030. De acordo com o relato do IDEFLOR-Bio (PRVN, 2022, p. 71), em relação à aquisição de sementes, são destacadas: i) a necessidade de ampliação da rede de coletores de sementes certificados; ii) a falta de regulamentação legal, especialmente para UCs estaduais de uso sustentável, para coleta de sementes, principalmente associada às espécies de essência florestal; e iii) a falta de suprimento de demandas específicas da cadeia cacaueteira.

Em relação aos viveiros, para a produção de mudas, foi abordado no mesmo documento que: i) a demanda por mudas pelas comunidades é maior do que é possível ofertar atualmente; ii) a baixa parceria para manutenção das atividades; e iii) a baixa capacidade de assistência técnica.

A partir dessa identificação dos desafios existentes, começaram a ser pensadas soluções. A primeira iniciativa que o FAO apoiou foi o aprofundamento das discussões no âmbito do IDEFLOR-Bio e SEMAS para a estruturação de uma rede de sementes. O PRVN/PA reconheceu a existência de redes de sementes privadas muito bem estruturadas no Pará, contudo, ainda havia uma lacuna, relacionada à estruturação de uma Estratégia Estadual para coleta e comercialização de sementes nativas no estado, focando em áreas de florestas públicas sob a coordenação do IDEFLOR-Bio.

Para isso, foram discutidos os possíveis caminhos a serem perseguidos e, a partir dessa definição, foi elaborado um termo de referência para contratação de consultoria de pessoa jurídica, com o intuito de subsidiar a elaboração de estratégia de implementação da rede de sementes do estado do Pará e implementação de um núcleo de gestão de coleta e comercialização de sementes nativas em áreas de florestas públicas. Com os resultados da consultoria, espera-se que haja os insumos necessários para serem estabelecidas todas as normas e regulamentações devidas para a coleta segura (física, biológica e economicamente) de sementes, a organização social de povos e comunidades, um programa de capacitação em coleta, manejo e processamento das sementes, estudos tecnológicos, certificação e comercialização em áreas públicas.

A seleção para contratação da consultoria foi iniciada em julho de 2023, tendo sido escolhido o Instituto Internacional de Edu-

cação do Brasil (IEB) para a execução das atividades. Em dezembro de 2023, foi assinado o contrato, cujos resultados serão apresentados em 2024.

Enquanto se avançava nessa contratação, outra iniciativa passou a ser discutida paralelamente, relacionada aos viveiros. Tal como as sementes, de acordo com o diagnóstico do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa, o Pará possui hoje uma capacidade de produção de 3 milhões de mudas por ano, o que demonstra um déficit importante no cenário atual, dadas as expectativas de restauração. No entanto, ainda existem poucos dados estruturados sobre os viveiros no estado, e uma análise consistente sobre os possíveis modelos de gestão ainda precisa ser realizada.

A atividade de gestão de viveiros florestais para produção de mudas, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento a eles relacionadas, consiste em serviços não exclusivos do Estado: existe um interesse público subjacente que legitima a atuação estatal, porém, sem eliminar a possibilidade de que estes serviços sejam desempenhados por prestadores privados. O estado do Pará planeja iniciar um robusto processo de concessão de áreas públicas não destinadas para restauração, além da instalação de grandes empreendimentos de recuperação privada no estado. Desta forma, espera-se que em um curto espaço de tempo, a demanda por produção de mudas deva ser um obstáculo ou um diferencial do estado do Pará na atração de investimentos de recuperação.

Por essa razão, passou-se ao desenho do que seria a contratação dos serviços de consultoria de pessoa jurídica para apoiar o estado na estruturação das bases jurídicas e operacionais e na elaboração de um contrato de gestão para o gerenciamento dos viveiros públicos para o Governo do Estado do Pará. O termo de referência foi finalizado no final de 2023, porém, ainda não foi protocolado, tendo atividades previstas para 2024.

"

O FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL VEM APOIANDO O IDEFLOR-BIO NA CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA REGIÃO DO MARAJÓ, ESPECIALMENTE PELO FINANCIAMENTO À ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS E DIAGNÓSTICOS SOCIOAMBIENTAIS INDISPENSÁVEIS À CRIAÇÃO DESSAS UNIDADES. POR OUTRO LADO, O FAO APOIA O IDEFLOR-BIO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA INÉDITA REDE PARAENSE DE SEMENTES, FUNDAMENTAL PARA VIABILIZAR NOVOS PROJETOS DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL NO PARÁ. É UMA PARCERIA INTEGRALMENTE VOLTADA PARA A SUSTENTABILIDADE."

NILSON PINTO – PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

• INCREMENTO DE ESTOQUES FLORESTAIS

Para as estratégias voltadas ao incremento dos estoques florestais, foram pensadas duas linhas de atuação, uma direcionada para o apoio à criação de unidades de conservação (UC) e outra prevista para o apoio ao reconhecimento de territórios quilombolas. A área objeto de atuação das atividades abrange os municípios de Abaetetuba, Bagre, Baião, Breu Branco, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Pacajá, Portel e Tucuruí.

Para a criação de unidades de conservação, as atividades se concentraram em Portel. A escolha do município se dá, principalmente, pela sua importância socioeconômica para a região e, sobretudo, pela sua extensão territorial e grande porção florestal ainda existente, que vem sofrendo com o avanço do processo de desmatamento dos últimos anos no estado do Pará.



“

COM A ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ITERPA, O PARÁ CRIA O AMBIENTE JURÍDICO TERRITORIAL SEGURO PARA QUE ATERRISEM AÇÕES QUE PROMOVAM O PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E ATIVIDADES PRODUTIVAS DE BAIXO CARBONO NECESSÁRIAS PARA O DESESTÍMULO AO DESMATAMENTO E O COMBATE À GRILAGEM.”

BRUNO KONO, PRESIDENTE DO ITERPA



Portel está localizado na parte terrestre da região do Marajó, maior arquipélago fluvial do mundo. Com cerca de 84% dos seus 25.384,960 km² ainda cobertos por florestas, a maior parte delas é primária e detém alto estoque de carbono (IBGE, 2022).¹ Entretanto, em 2021, dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) apontaram que Portel atingiu a sexta posição na lista de municípios que mais desmataram no Pará e a décima na lista da Amazônia Legal como um todo, perdendo 239,7 km² de cobertura florestal. O apoio a Portel é particularmente importante e tem o potencial de irradiar benefícios para áreas vizinhas, incluindo outras unidades de conservação, que se beneficiariam de atividades econômicas sustentáveis que geram renda local e reduzem a pressão do desmatamento.

¹ Dados do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/portel/panorama>>.

Para isso, foram iniciadas as discussões com o IDEFLOR-Bio para identificação prévia das áreas com significativa importância ambiental, as áreas já ocupadas e o melhor desenho para os estudos. Durante o ano de 2023, foi desenvolvido um termo de referência para a elaboração de um inventário florestal com cerca de 350.000 hectares de extensão, visando à criação de uma Floresta Estadual (FLOTA). Após a finalização desse documento, passou-se para a elaboração do termo de referência do diagnóstico socioeconômico e ambiental para a FLOTA, mas também para a criação de dois Refúgios da Vida Silvestre (REVIS).

Em paralelo a isso, foi iniciado apoio ao ITERPA para a titulação de áreas quilombolas. De acordo com a Lei n.º 8.878, de 8 de julho de 2019, as áreas tradicionalmente ocupadas por agricultores familiares ou comunidades tradicionais serão prioritariamente regularizadas de acordo com as normas específicas, cabendo ao ITERPA a execução dos procedimentos administrativos visando a identificação, demarcação e expedição dos títulos de propriedade de terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos. Além disso, a lei especifica que os procedimentos para a titulação de terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos poderão ser iniciados de ofício pelo ITERPA ou mediante requerimento dos interessados.

Com base nas competências previstas em lei, as equipes passaram a dialogar sobre as melhores formas de o FAO apoiar o ITERPA nessas atividades. Para isso, foram mapeadas todas as etapas necessárias para instruir o procedimento administrativo e os atos formais necessários para a titulação.

O georreferenciamento apareceu como a ferramenta mais eficaz de apoio privado a essa finalidade pública. Trata-se de uma fase que envolve um conjunto de procedimentos que objetivam rastrear com GPS Geodésico, ou outro equipamento permitido em norma específica, os marcos e pontos não materializados (vértices) que formam o polígono de cada imóvel, identificando seu ocupante e seus confrontantes (reconhecimento de marcos e limites ocupacionais). Ao mesmo tempo, o georreferenciamen-

to permite proceder à coleta da Declaração de Reconhecimento de Limites assinada e, quando da não possibilidade de coletar assinaturas dos confrontantes, viabiliza a apresentação da Declaração de Reconhecimento de Divisas, devidamente assinada, conforme o modelo apresentado pelo ITERPA.

A partir dessa definição, foram identificadas as áreas para potencial apoio do projeto e elaborada a especificação para a contratação de empresa para execução do serviço especializado de levantamento físico-cadastral e topográfico, que abrangeu a coleta de informações de coordenadas, cadastros, georreferenciamento, elaboração de peças técnicas, armazenamento em banco de dados, bem como atualização e disponibilidade para consulta do acervo fundiário do estado do Pará de até 10 mil hectares de áreas quilombolas.

Em novembro de 2023 foi assinado o contrato com a empresa Geomap Engenharia e Agrimensura LTDA; foram realizadas as primeiras reuniões de alinhamento e feito o planejamento das atividades de campo.

4.2 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E CADEIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS PAUTADAS NO USO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

O início das atividades envolvendo as cadeias produtivas sustentáveis envolveu o diálogo com diferentes atores e a identificação de importantes trabalhos já em desenvolvimento no Pará. O primeiro semestre foi dedicado ao reconhecimento desses espaços de trocas, participação e reflexão sobre as melhores formas de apoio. Importantes documentos foram elaborados com base nesses diálogos.



CHAMADA DE PROJETOS

Quilombolas
Cadeias Produtivas
e Negócios
Sustentáveis
Marajó e Baixo
Tocantis



TREINAMENTO EM NEGÓCIO DE BASE COMUNITÁRIA

Quilombolas
Cadeias Produtivas
e Negócios
Sustentáveis
Marajó e Baixo
Tocantis



MESA QUILOMBOLA

Quilombolas
Cadeias
Produtivas e
Negócios
Sustentáveis



REUNIÃO COM PARCEIROS

Diferentes
representações
Marajó e Baixo
Tocantis

• MESA QUILOMBOLA

A mesa quilombola é um espaço de diálogo promovido por meio de uma parceria entre o Ministério Público do Estado do Pará, o ITERPA e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), em que participam convidados e lideranças quilombolas do Pará. Esse espaço tem como objetivo acompanhar a regularização e titulação dos territórios quilombolas no estado.



Figura 3 - Reunião ocorrida em maio de 2023 (Créditos da foto: Malungu).

Em 2023, se iniciaram as atividades do projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará - Territórios Quilombolas, aprovado junto à Fundação Gordon and Betty Moore. Como parte da iniciativa, estava a participação na mesa quilombola e a apresentação dos projetos, sua área de atuação, metas, indicadores e produtos.

A convite do ITERPA, os representantes do FUNBIO participaram da reunião e fizeram a apresentação do projeto. Nesse momento, foram tiradas dúvidas, realizadas sugestões e trocas sobre a realidade do Pará. O projeto foi bem recebido, e as sugestões foram incorporadas nas atividades do projeto.



Figura 4 - Reunião realizada em 13 de julho de 2023.

• REUNIÃO COM PARCEIROS

O sucesso das atividades do FAO passa não apenas pela composição de projetos e potencialização de políticas públicas destinadas ao território de atuação do Fundo, mas depende também da criação de um ambiente institucional e burocrático preparado para o desenvolvimento de diferentes ações programadas. Por essa razão, o mês de julho foi marcado pela realização de reuniões entre parceiros.

A principal reunião ocorreu no dia 13 de julho, momento em que foram reunidos representantes de órgãos públicos, sociedade civil e Ministério Público do Estado do Pará, para apresentar as agendas em comum para Portel e para parte da microrregião do Baixo Tocantins, buscando as sinergias e as possibilidades de integração e fortalecimento das ações para os próximos anos.

O encontro possibilitou a apresentação das principais linhas de atuação do FAO para a região, bem como a escuta ativa dos parceiros e organizações presentes sobre as ações em curso e aspectos importantes de serem pensados. Ao mesmo tempo, a reunião também suscitou diversos debates sobre os desafios e oportunidades para algumas das ações do FAO, levando em consideração os grupos sociais envolvidos com o projeto, em especial a situação das comunidades quilombolas, assim como questões relacionadas à territorialidade e aos aspectos jurídicos e burocráticos que devem ser superados, para o melhor sucesso das atividades.

• APOIO A CADEIAS DE VALOR QUILOMBOLAS

Um dos grupos sociais prioritários indicados para atuação do FAO foram os quilombolas. Com base nessa definição foram planejadas as atividades a serem desenvolvidas em parte dos municípios das regiões do Marajó, Baixo Tocantins, Sudeste e Sudoeste Paraense. A estratégia desenhada visa apoiar organizações quilombolas no desenvolvimento de projetos para o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, por meio de apoio financeiro associado ao fortalecimento institucional de associações civis sem fins lucrativos ou, ainda, de cooperativas.



QUILOMBOLAS
foram um dos grupos
sociais prioritários
indicados para
atuação do FAO

Compreende-se que a consolidação de cadeias da sociobiodiversidade estruturadas e inclusivas requer transformações significativas e intervenções estratégicas, de modo a beneficiar adequadamente as comunidades que estão na base dessas cadeias e que são as principais guardiãs da floresta. Os desafios para

o desenvolvimento dessas cadeias envolvem complexidades com relação ao acesso a financiamento e assistência técnica, o baixo grau de organização da base produtiva e das organizações comunitárias que a compõem, dificuldades de acesso a mercados e obstáculos logísticos.

Por essa razão, foi pensada uma iniciativa que tivesse como objetivo não apenas o apoio financeiro, mas a orientação continuada, desenhada em ciclos de apoio formativo voltados para o fortalecimento organizacional e à gestão de projetos. Com isso, espera-se desenvolver um ambiente de reflexão conjunta sobre formas de proporcionar investimentos estratégicos para as cadeias de valor e os arranjos produtivos locais, buscando reduzir a curva de aprendizagem e os custos de transação para o desenvolvimento de negócios sustentáveis na região do projeto.

Após muitos diálogos com diferentes parceiros, foi elaborado um termo de referência para elaboração e implementação de um ciclo de treinamento em gestão e negócios de base comunitária, bem como acompanhamento do fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais voltados para associações, cooperativas e fundações privadas quilombolas em alguns municípios localizados na área de abrangência do projeto.

Um dos diferenciais desse termo de referência foi a incorporação das sugestões apresentadas na mesa quilombola, com critérios de avaliação mais altos para equipes que apresentassem profissionais com origem quilombola em suas propostas. Lançado em dezembro de 2023, as atividades se iniciarão em 2024.

É importante destacar que essa atividade está diretamente vinculada a uma chamada de projetos que selecionará cerca de 15 organizações para apoio financeiro. O conteúdo desse documento e os prin-



TERMO DE REFERÊNCIA

para elaboração e implementação de um ciclo de treinamento em gestão e negócios de base comunitária

cipais desafios para a seleção foram avaliados e se optou por estruturar, primeiro, uma manifestação de interesse.

O objetivo desse documento inicial foi conhecer o perfil de organizações quilombolas que trabalham com produtos da socio-biodiversidade nos municípios do estado do Pará descritos na área de abrangência supracitada, bem como identificar, em linhas gerais, os desafios enfrentados por essas organizações. Esta manifestação de interesse permitirá também identificar grupos comunitários quilombolas em que há um conjunto relevante de iniciativas produtivas e parcerias com organizações de assessoria ou assistência técnica. O lançamento da manifestação de interesse estava previsto para janeiro de 2024.

4.3 ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Esse eixo foi composto por atividades transversais que ampliam a abrangência de ação do estado, como também apoiam a estruturação de ações produtivas no campo. Há uma parte de tecnologia da informação que visa apoiar os diferentes sistemas e plataforma da SEMAS, diretamente conectada ao melhor conhecimento do território e seus desafios, bem como ações que preveem apoiar alguns instrumentos do PEAA, a exemplo da Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis.

Em 2023, houve avanços em grande parte das iniciativas, que terão os seus desdobramentos em 2024. Apenas o sistema de requalificação ainda aparece como um ponto de debate e construção conjunta.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Data center e equipamentos
Todo o Pará



SISTEMA DE REQUALIFICAÇÃO

Fluxos e TdR
Todo o Pará



TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Diagnóstico, mobilização e lançamento
Marajó



APOIO CAR

Reuniões com quilombolas
Marajó

- **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE UM DATA CENTER MODULAR**

Em 2023, foram iniciadas as atividades para implantação do Data Center Modular dentro do Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) do Guamá. A escolha desse local se deu em decorrência de uma parceria entre a SEMAS e o PCT, dadas as características do pólo de inovação do parque tecnológico, bem como a garantia de segurança e amplo acesso ao local.

A instalação foi pensada em um dos lotes que ainda não estavam operantes. Por essa razão, a primeira etapa foi dedicada às obras de adequação civil, que envolveram um mapeamento da flora e fauna local, com autorização de limpeza do terreno e início das obras.



Figura 5 - Foto do terreno para implantação do Data Center em julho de 2023.

O local foi completamente limpo e demarcado, tendo sido realizada a limpeza apenas na área essencial para implantação dos equipamentos. Com isso, foram preservados o máximo possível de árvores e as características naturais do local.

Contudo, após a limpeza, foi identificada a existência de um terreno muito alagadiço com alta saturação de água, como pode ser observado na Figura 5. Dadas as características de Belém, que envolvem elevado volume de chuvas, foi necessário realizar um replanejamento das atividades previstas, com uma ampliação dos prazos inicialmente planejados para a entrega.

Esse cuidado foi necessário porque o Data Center não é uma estrutura trivial. Além do peso do maquinário, há uma sensibilidade dos equipamentos a serem inseridos, que não podem estar suscetíveis a possíveis alagamentos rotineiros.

Trata-se de um projeto personalizado, em que as características do local exigiram uma reavaliação sobre as dimensões e espessura das proteções mecânicas, térmicas, acústicas e eletromagnéticas do planejamento inicial. A elaboração das fichas técnicas de industrialização do processo metalúrgico e usinagens são realizadas sob medida, para que se evite ao máximo possível problemas que surjam desde as furações até as pinturas especiais realizadas. Trabalhar o ambiente em que será instalado todo esse investimento se mostrou extremamente necessário para uma entrega eficaz.

Ao longo das obras, foi identificada a necessidade de acréscimos na especificação técnica para ampliação da instalação e fornecimento do cabeamento óptico aéreo autossustentado do prédio de tecnologia do PCT Guamá até o Container Data Center



Figura 6 - Foto do local após as intervenções.

Modular Outdoor. Além disso, foi realizada a ligação da luz no local e preparação para recebimento do transformador, bem como foi definida a identidade visual do Data Center.

Ainda em 2023, foi iniciado o planejamento do *moving* que envolverá a retirada dos equipamentos de informática da SEMAS para instalação na nova estrutura. Por não se tratar de uma atividade simples, vários profissionais foram envolvidos nessa organização.

Durante as reuniões, foram destacados pontos de atenção importantes relacionados à segurança das informações, que poderia gerar riscos durante a transferência dos equipamentos. Foram então analisadas formas de diminuir o potencial risco e, dentro desse contexto, realizadas especificações técnicas para a aquisição de equipamentos de segurança para dar suporte (*backup*), incluindo: 01 *switch moving*; 01 *storage*; e 03 servidores de virtualização.

Toda atividade de *moving* apresenta um cenário desafiador, pois a movimentação de equipamentos antigos, ou que não são usualmente desligados, ocasiona um risco de interrompimento do sistema. Esses riscos foram mapeados pela SEMAS e apresentados para todas as partes envolvidas, havendo o compromisso da instituição em adquirir peças sobressalentes futuramente para prevenção desses riscos e possíveis problemas futuros.

Por essa razão, dada a necessidade de reestruturação das obras físicas e as demais adequações realizadas ao longo da execução do projeto, a entrega do Data Center foi alterada para 2024.

• SISTEMA DE READEQUAÇÃO

A obrigação inicial prevista no Termo de Ajustamento de Conduta, que apoia o desenvolvimento das atividades desse sistema, era para o custeio do desenvolvimento, implementação ou adaptação do sistema auditável, público, transparente e acessível via internet, destinado à reabilitação de propriedades rurais relacionadas ao desmatamento ilegal. Para atendimento a essa demanda, em 2022, a SEMAS iniciou uma série de discussões internas para organização do fluxo das atividades, que culminaria com a realização das políticas públicas elaboradas para os pequenos produtores rurais.

Desde o início das atividades desse projeto, houve um esforço na construção desses fluxos, que determinariam os procedimentos em que o produtor receberia uma “Declaração de Requalificação Comercial para Agricultura Familiar”, manifestando a aptidão do imóvel rural considerado inicialmente irregular para negócios comerciais, após reavaliação da documentação. A proposta era que esse documento servisse para subsidiar a comercialização da produção, com todas as empresas signatárias do TAC da Carne e Acordo dos Grãos.

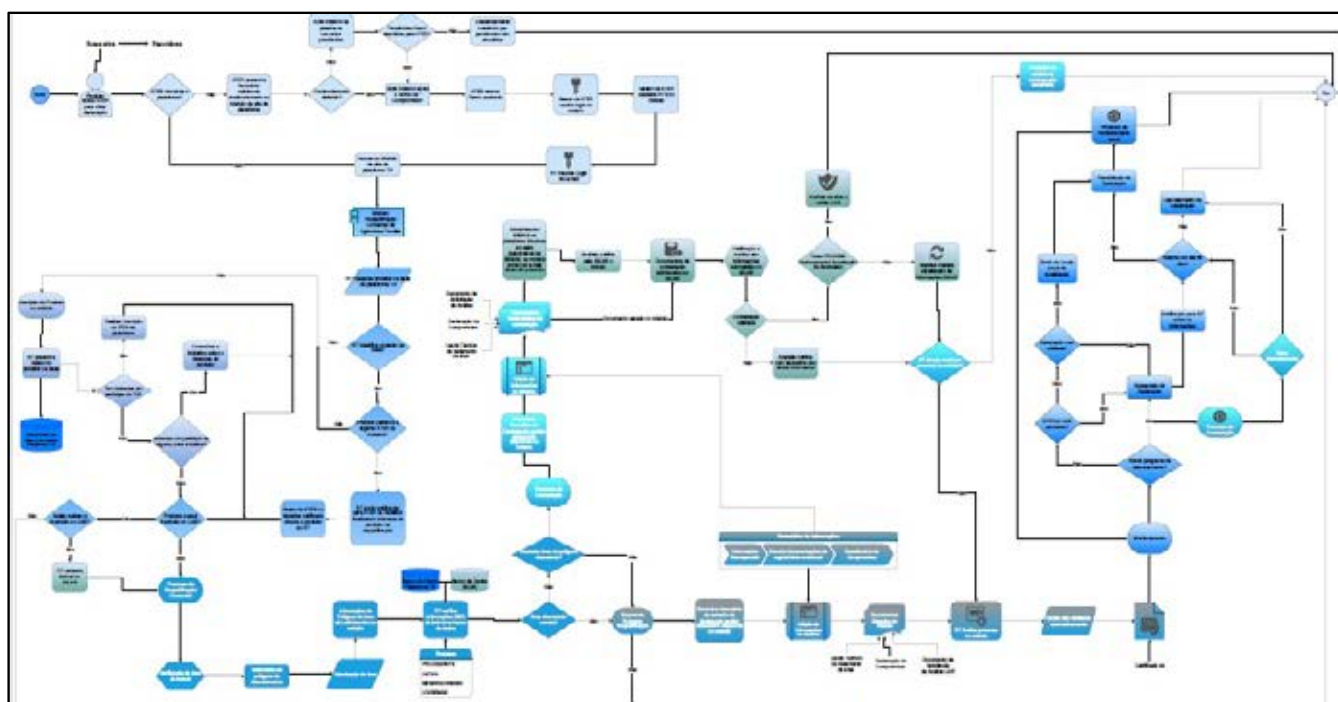


Figura 7 - Fluxo desenhado pela SEMAS em parceria com as demais áreas convidadas.

As discussões avançaram ao longo de 2023, passando então para a elaboração da especificação técnica, que visava à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Software para desenvolvimento ou adaptação de um sistema digital destinado à reabilitação de propriedades rurais relacionadas ao desmatamento ilegal, dentro dos parâmetros trazidos pelo TAC.

O documento chegou a ser protocolado, porém, durante os esclarecimentos sobre o conteúdo, uma revisão interna da SEMAS interrompeu os procedimentos para a abertura da seleção. Isso se justifica pelo fato de que as atividades decorrentes do Edital de Credenciamento para Formação de Banco de Cadastro Público SEMAS-PA nº 01/2022 começaram a apresentar bons resultados.

Com o edital, foi formado um banco de cadastro público de prestadores de serviço ao administrado, consistente na emissão de certificado de adequação ambiental de polígono de desmatamento, com capacidade mínima indicada pela SEMAS, para requalificação de imóveis aptos para fins comerciais, no Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Pará (SICAR/PA), conforme critérios estabelecidos no Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia, do Ministério Público Federal (MPF).

A nova proposta da SEMAS, que ainda aguarda formalização do MPF, é aproveitar os serviços já prestados pelas organizações cadastradas mediante o edital na habilitação dos pequenos produtores que se tornaram regulares.

• CAR – APOIO A REUNIÕES

A Secretaria Adjunta de Gestão e Regularidade Ambiental (SAGRA) possui, dentre suas atribuições, a responsabilidade de atuação na regularização ambiental de territórios coletivos, sendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) um de seus instrumentos. O procedimento adotado é que, quando uma comunidade decide realizar o CAR/PCT, ela pode receber o apoio da SEMAS para efetuar a inscrição do cadastro coletivo no módulo PCT-SICAR/PA, que se inicia com reuniões informativas na comunidade para contribuir com o processo participativo. Na SEMAS, a Coordenadoria de Ordenamento e Descentralização da Gestão Ambiental (Comam), da Secretaria Adjunta de Gestão e Regularidade Ambiental (SAGRA), promove atividades como palestras e reuniões para fornecer orientações, treinamentos para as associações, organizações e entidades representativas das comunidades tradicionais.



Figura 8 - Reunião do CAR/PCT em Portel

Por entender que Portel é um município enorme em extensão territorial, com desafios relacionados ao desenvolvimento econômico, houve uma priorização de ações no município, com o apoio do FAO na realização de uma das reuniões com grupos quilombolas. A reunião ocorreu em setembro, tendo sido fornecido apoio de combustível, hotel, alimentação e demais insumos logísticos para que a reunião pudesse cumprir o seu papel.



Figura 9 - Reunião ocorrida em Portel com representantes locais

• PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Uma das estratégias do PEAA é o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), que envolve diferentes órgãos do poder público dentro de um objetivo maior, com vistas a uma transição econômica das formas de produção das áreas pressionadas pelo desmatamento no estado do Pará. A partir de contrapartidas ofertadas pelo estado e seus parceiros, busca-se a promoção de atividades que visem o auxílio aos produtores(as), proprietários(as) ou possuidores(as) rurais para a regularização ambiental e fundiária, garantia de acesso a mercados, às linhas de crédito e seguro rural, assistência técnica continuada, dentre outros serviços voltados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

O programa vem sendo implantado em diversas regiões de integração, com efetiva execução nos territórios denominados: TS - PA 279, TS - BR 158, TS - Baixo Araguaia, TS - Carajás e TS - Tocantins. Outros territórios foram pensados, tais como: TS - Lago Tucuruí, TS - Transamazônica, TS - Baixo Amazonas e TS - Tapajós. Dentre as novas iniciativas, está o TS - Marajó, que envolve os municípios de Portel, Brejeiro e Melgaço.

A área é objeto do apoio do FAO e, em 2023, começaram a ser elaborados os planejamentos para atuação na área. Esse novo TS foi incorporado com o intuito de alcançar as metas do PEAA,

bem como realizar a expansão das áreas de abrangência do PTS. No entanto, durante as reuniões com as equipes do Governo, foi identificada a necessidade de aprofundamento do conhecimento sobre o território, para que fosse possível compreender melhor as características fundiárias e socioeconômicas da região de integração do Marajó.

Para isso, foi realizada a elaboração e seleção de um termo de referência para a contratação de consultoria técnica com objetivo de auxiliar a SEMAS na elaboração do diagnóstico socioeconômico e ambiental dos municípios de Portel, Breves e Melgaço. A empresa foi contratada em 2023, tendo suas atividades planejadas para ocorrer no início de 2024.

Ainda em 2023, foi realizada a mobilização das instituições executoras e apoiadoras do Programa Territórios Sustentáveis na região de integração do Marajó, referente aos municípios de Portel, Breves e Melgaço, visando estabelecer o modelo de desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias produtivas e na melhoria das condições socioambientais no campo.

A mobilização realizada contou com várias etapas e com uma profissional dedicada para as atividades acordadas com a comissão da SEMAS. Foram realizadas reuniões nos territórios para explicação dos objetivos e entendimento da concepção do programa, com o planejamento de estratégias para atingir cada etapa delineada. O período de viagem foi estabelecido pela comissão da SEMAS, ficando a cargo da mobilizadora apenas as tratativas para tornar os encontros viáveis. A mobilizadora atuou também como facilitadora das informações entre a SEMAS e as instituições. As minutas de ofícios e os locais de realização dos encontros também foram resultado do trabalho de mobilização.

Com isso, o primeiro lançamento do TS – Marajó teve início. Com o resultado do diagnóstico, espera-se que sejam iniciadas as atividades de assistência técnica.



5

Metas

O Acordo de Cooperação SEMAS n.º 006/2021 dispõe, no Item 4.1.4, sobre as metas de curto prazo a serem perseguidas pelo gestor operacional e financeiro do FAO. Essas metas servem para medir os esforços de estruturação do FAO. O detalhamento das atividades está descrito na tabela.

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ATUALIZAÇÃO
Elaboração do Plano de Comunicação	Elaborar Plano de Comunicação	Elaborar um plano de comunicação para o FAO	Em acordo com a SEMAS, essa entrega foi postergada devido a outras demandas. Todavia, foram fornecidos no ano de 2023 materiais de comunicação para apoiar o fortalecimento e a divulgação do FAO.
Elaboração de Plano de Captação de Recursos	Elaborar Plano de Captação de Recursos	Elaborar, com base nas orientações contidas no edital de chamamento e Decreto Estadual n.º 346/2019, um plano de captação de recursos privados, nacionais e internacionais a serem recepcionados pelo FAO	Em 2023, foi realizada uma série de reuniões e articulações para estruturar as linhas de atuação com a SEMAS e as atividades voltadas para a prospecção. Os esforços se concentraram em viabilizar o TAC com a Acipará, ligado ao TAC da Carne; o TAC da Hydro; e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em discussão com o BID. Não houve nesse ano a sistematização de um plano, com as atividades tendo sido realizadas de forma paralela e em atenção às prioridades da SEMAS.
Projetos de Captação	Elaborar e/ou executar projetos com base no PEAA e plano de captação, junto à estrutura de governança do FAO	Elaborar e/ou executar três projetos de diferentes faixas de financiamento e objetivos, visando a cooperação bi e multilateral e fundações nacionais e internacionais	Foi elaborada a nota conceitual do projeto para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em parceria com a TNC e apresentada para o Fundo Multi-doador do BID. A proposta recebeu aprovação para detalhamento.
Plano de investimento	Executar plano de investimentos	Elaborar um plano de investimentos dos recursos captados com base nas orientações da Comissão de Gestão de Ativos do FUNBIO, Comitê Gestor e doador	Os recursos do FAO possuem um investimento conservador, sendo os recursos aplicados em Certificados Depósitos Bancários e Fundos de Renda Fixa. Mesmo num cenário de pouco risco, houve significativo rendimento dos recursos, apresentando em alguns projetos ganhos de um quinto do valor original. Os ganhos com rendimento serão apresentados no panorama financeiro.

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ATUALIZAÇÃO
Capitalização dos recursos	Capitalizar os recursos do FAO	Capitalizar os recursos do FAO considerando o volume de recursos disponível e o tempo de residência desses recursos nos investimentos realizados	Em 2023, os rendimentos do FAO totalizaram R\$ 3.384.303,56. Os recursos existentes foram capitalizados, não tendo a execução sido um impedimento para a ampliação dos recursos.
Seleção de projetos oriundos da sociedade civil	Selecionar projetos oriundos da sociedade civil	Lançar e conduzir editais para o processo seletivo de projetos oriundos da sociedade civil a serem financiados pelos recursos FAO	Em 2023, foi discutida, planejada e preparada a chamada de projetos para comunidades quilombolas em municípios do Marajó, Baixo Tocantins, Sudeste e Sudoeste Paraense.
Seleção de projetos oriundos dos governos estadual e municipais	Selecionar projetos oriundos dos governos estadual e municipais	Lançar e conduzir editais para o processo seletivo de projetos do governo estadual e dos governos municipais a serem financiados pelos recursos do FAO (banco de projetos)	As atividades desenvolvidas no âmbito dos governos estadual e municipais foram realizadas por meio de execução direta. Com o ITERPA, houve o apoio ao georreferenciamento de áreas quilombolas; com o IDEFLOR-Bio, o apoio a novas áreas protegidas e uma estratégia de sementes; com a SEMAS, através do Programa Territórios Sustentáveis, houve apoio ao município do Portel.
Criação de banco de projetos financiáveis pelo FAO	Quatro meses a partir do desembolso do recurso	Criar, com base nos resultados dos processos seletivos, um banco de projetos financiáveis pelos recursos do FAO	Ao longo de 2023, foram discutidas as melhores formas de realizar esse banco de projetos. Porém, ainda há necessidade do fortalecimento institucional da SEMAS, que vem ocorrendo paulatinamente, por meio de treinamentos, uso de novas ferramentas e revisão de atribuições.

”

A consolidação de um processo de desenvolvimento econômico moderno e competitivo, socialmente mais justo e sustentável, com maior internalização e melhor distribuição de seus benefícios, é impulsionada à medida do empenho de ações capazes de atuar sobre a realidade vivida e a necessidade de estado latente. Sob esta expectativa, o FAO apresenta-se como instrumento sinótico de movimentos que exprimem esforços de governança alinhadas à transformação e reordenamento das perspectivas ambientais no estado do Pará. A SEDEME, sob o olhar de sua missão e como membro do Comitê Gestor, entende que o FAO está inserido nas expectativas da implementação de suas competências, quer seja pela sua função promotora quer seja por aquilo que valoriza. Ainda, representa um importante elemento do ecossistema de soluções ambientais que o Pará almeja alcançar. Não bastando, têm grande potencial em promover a sustentabilidade econômica dentro de uma política integradora que considera a expertise participativa e relevante de seus diversos atores, os quais são extremamente comprometidos com resultados de modelos econômicos que refletem as iniciativas sociais e preservam e valorizam ativos ambientais intrínsecos à nossa realidade amazônica.”

PAULO BENGTON – SECRETÁRIO SEDEME



6

Panorama financeiro

O detalhamento financeiro foi apresentado separadamente, porém, indicamos aqui um panorama financeiro com dados acumulados em 2022 e 2023.

FAO	JBS	IMERYS	ICS	Moore
Valor internalizado R\$30.088.200,00	Valor internalizado R\$5.000.000,00	Valor internalizado R\$5.000.000,00	Valor internalizado R\$334.000,00	Valor internalizado R\$19.754.200,00
Rendimentos (2022/23) R\$3.384.303,56	Rendimentos (2022/23) R\$894.207,78	Rendimentos (2022/23) R\$928.791,98	Rendimentos (2022/23) R\$23.711,34	Rendimentos (2022/23) R\$1.537.592,46
Valor executado (2022) R\$321.503,32	Valor executado (2022) R\$175.531,62	Valor executado (2022) R\$120.004,62	Valor executado (2022) R\$25.633,90	Valor executado (2022) —
Valor executado (2023) R\$2.938.223,86	Valor executado (2023) R\$2.173.285,27	Valor executado (2023) R\$258.633,90	Valor executado (2023) R\$151.508,63	Valor executado (2023) R\$354.796,06
Valor comprometido e previsto R\$7.003.542,70	Valor comprometido e previsto R\$575.714,76	Valor comprometido e previsto R\$4.367.284,10	Valor comprometido e previsto R\$483.891,75	Valor comprometido e previsto R\$1.576.652,09

* O valor comprometido e previsto são os valores que já possuem uma destinação através de contratações já firmadas, por exemplo; entretanto, seu pagamento é parcelado por etapas ou produtos ao longo da vigência do contrato.



7

Projetos

7.1 TAC JBS

Projeto: Projeto CAR 2.0 “Fase 1” – Transformação Digital

Fonte de recurso: TAC celebrado entre MPF com a empresa JBS, também conhecido como TAC da Pecuária

Prazo: 15 meses (com aditivo)

Início de Execução: Setembro/2022

Valor Total: R\$ 5 milhões

O projeto aprovado pelo MPF possui dois componentes de atuação: o primeiro voltado para equipamentos e adequação, com o objetivo de apoiar a implantação da solução digital, e o sistema de readequação ambiental e comercial das propriedades. Em 2023, o componente foi totalmente executado, ficando as demais despesas do Data Center Modular para apoio via TAE da Imerys. Devido às modificações realizadas no componente 2, o prazo de execução precisou ser ampliado.

Componente 1 – EQUIPAMENTOS E ADEQUAÇÕES: Em janeiro de 2023, foi assinado o contrato com a empresa IronBr para implantação de um Data Center Modular e seus subsistemas, com fornecimento de equipamentos e materiais para atendimento à estrutura organizacional da SEMAS, visando abrigar informações e sistemas críticos de Tecnologia da Informação. A execução do projeto está em andamento, com previsão de entrega para 2024.

Componente 2 – SISTEMA DE READEQUAÇÃO AMBIENTAL E COMERCIAL: O ano de 2023 foi focado na finalização dos fluxos internos da SEMAS e no amadurecimento das especificações técnicas, tendo sido realizadas diversas reuniões com o corpo técnico da secretaria. Esse componente está sendo reavaliado para que novos avanços sejam desdobrados.

VALOR RECEBIDO	RENDIMENTO LÍQUIDO	EXECUTADO 2022	EXECUTADO 2023	EXECUÇÃO TOTAL
R\$ 5.000.000,00	R\$ 894.181,18	R\$ 175.531,62	R\$ 2.173.285,27	R\$ 2.348.816,89

7.2 TAE IMERYS

Projeto: Projeto Transformação Digital, Comunicação e Transparência

Fonte de recurso: TAE celebrado entre o Governo do Estado com as empresas Imerys e Pará Pigmentos

Prazo: 3 anos

Início de Execução: Setembro/2022

Valor Total: R\$ 5 milhões

O projeto aprovado junto à SEMAS possui dois componentes de atuação: solução digital e comunicação e transparência. O desembolso financeiro do componente 1 ocorrerá em 2024, contudo, dada a complexidade do Data Center Modular e as intercorrências ocorridas ao longo da execução, foi decidido contingenciar o componente 2, visando prevenir eventuais gastos.

Componente 1 – SOLUÇÃO DIGITAL: Esse componente foi pensado em complementação aos investimentos realizados com recursos do TAC da JBS. Isso se justificou pelo valor da contratação, que excedia o valor individual das duas obrigações legais, porém, se tornava viável com a utilização associada das fontes de recurso. Dado o maior tempo de vigência do TAE Imerys, optou-se por executar primeiro os recursos do TAC JBS em 2023, passando os demais gastos a serem responsabilidade desse componente.

No final de 2023, foi identificada a necessidade de aquisição de equipamentos de informática complementares para manutenção da segurança das informações. Parte da demanda solicitada foi realizada ao FAO, porém, dado os valores solicitados, foi proposto o uso dos recursos de rendimentos. Estes foram internalizados no projeto ainda em 2023, tendo sido elaboradas as especificações técnicas e iniciado o processo de aquisição.

Os equipamentos não suprem todas as necessidades de segurança da informação da SEMAS, mas apresentam um paliativo a uma parte dos riscos identificados.

Componente 2 – COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA: Esse componente visa o desenvolvimento de instrumentos de comunicação e transparência que contribuam para uma maior visibilidade para as informações e atividades desenvolvidas no âmbito do FAO. Ele encontra-se momentaneamente resguardado, esperando a conclusão das atividades de movimentação dos equipamentos da SEMAS para o Data Center Modular. Espera-se com isso que, caso haja alguma intercorrência, esta possa ser absorvida pelos recursos existentes.

VALOR RECEBIDO	RENDIMENTO LÍQUIDO	EXECUTADO 2022	EXECUTADO 2023	EXECUÇÃO TOTAL
R\$ 5.000.000,00	R\$ 928.635,58	R\$ 120.004,62	R\$ 258.633,90	R\$ 378.638,52

7.3 INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (ICS)

Projeto: Fortalecimento do FAO

Fonte de recurso: Instituto Clima e Sociedade

Prazo: 18 meses (com aditivo)

Início de Execução: Setembro/2022

Valor Total: R\$ 1 milhão

O projeto foi estruturado em três componentes, que dialogam entre si, com vistas a alavancar o FAO por meio de apoios que garantam atividades de fortalecimento institucional, comunicação e transparência pública, assim como o desenvolvimento de estratégias de atuação e de projetos no nível prático. Exatamente por ser um recurso de estruturação, houve uma execução mais lenta dos recursos, não tendo havido o desembolso total pelo doador. Isso fez com que fosse necessário solicitar um aditivo de prazo, passando a vigência do projeto para 2025.

Componente 1 – FORTALECIMENTO FAO: Em 2023, foi apoiado o CGFAO, assim como foram produzidos brindes e folders para divulgação do FAO junto a possíveis parceiros. Parte do material foi enviado para a COP 28, que serviu para dar visibilidade ao mecanismo financeiro e operacional.

Componente 2 – ESCRITÓRIO DE PROJETOS: Três iniciativas foram desenvolvidas em 2023; uma foi concluída e as outras duas tiveram a sua estruturação iniciada.

A primeira foi uma consultoria para revisão do PEAA, que visou desenvolver um olhar sobre esse documento para a produção de um documento executivo que ofereça às lideranças do governo mensagens claras sobre o escopo, os prazos, os principais conceitos e temas envolvidos, com material de divulgação, assim como um relatório detalhado que sistematize as informações das fontes acima e proponha roteiro temático para a revisão a atualização do PEAA. A consultoria foi totalmente realizada em 2023, porém, os pagamentos apenas foram efetivados em 2024, razão pela qual não aparece nos valores executados.

Também foi debatido e elaborado um termo de referência para contratação de serviços de consultoria de pessoa jurídica para elaboração de projeto e sua respectiva documentação técnica para submissão ao Fundo Amazônia, com foco em comando e controle e transição socioeconômica de baixo carbono para o estado do Pará. A seleção se iniciou em 2023, sendo a sua execução prevista para 2024.

Por último, dentro desse componente, foram iniciadas as discussões e a elaboração conjunta de um termo de referência para contratação de serviços de consultoria de pessoa jurídica para desenvolver um modelo jurídico e operacional que permita a gestão eficaz dos viveiros públicos do Governo do Estado do Pará, com o propósito de viabilizar a elaboração de um contrato de gestão. As atividades estão previstas para 2024.

Componente 3 – ESTRATÉGIA DE SEMENTES: Esse componente foi alinhado com diversos atores, passando em 2023 para a condução do IDEFLOR-Bio. Em parceria, foi elaborado o termo de referência para a contratação de prestação de serviços de consultoria de pessoa jurídica para subsidiar a elaboração de estratégia de implementação da rede de sementes do estado do Pará e implementação de um núcleo de gestão de coleta e comercialização de sementes nativas em áreas de florestas públicas no estado do Pará. A seleção foi realizada e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) foi contratado em dezembro de 2023. Com isso, pretende-se que sejam estabelecidas normas e regulamentações necessárias para a coleta segura (física, biológica e economicamente) de sementes, a organização social de povos e comunidades, programa de capacitação em coleta, manejo e processamento das sementes, estudos tecnológicos, certificação e comercialização. A previsão de término da consultoria é estipulada para o primeiro semestre de 2024.

VALOR RECEBIDO	RENDIMENTO LÍQUIDO	EXECUTADO 2022	EXECUTADO 2023	EXECUÇÃO TOTAL
R\$ 334.000,00	R\$ 22.447,24	R\$ 25.967,08	R\$ 151.508,63	R\$ 177.475,71

7.4 FUNDAÇÃO GORDON E BETTY MOORE

Projeto: Conservação e produção sustentável em novas áreas Protegidas no Pará - Territórios Quilombolas

Doador: Gordon and Betty Moore Foundation

Prazo: 3 anos

Início de Execução: Assinado em novembro de 2022, com início de execução em janeiro/2023

Valor Total: US\$ 3,8 milhões

O projeto visa apoiar novas áreas protegidas, com especial atenção aos territórios quilombolas, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e valorizando práticas tradicionais de manejo que possam contribuir para a conservação, a recuperação e a restauração da Amazônia. Visa também desenvolver de forma participativa o planejamento territorial, o fortalecimento e a capacitação dos principais atores locais, a prestação de assistência técnica, o acesso a instrumentos financeiros adequados e a infraestrutura produtiva necessária, apoiando a implementação de políticas públicas.

O projeto está dividido em três componentes, totalmente alinhados com o PEAA e as prioridades do FAO. O início das atividades envolveu uma forte interlocução com representantes da Sociedade Civil e Poder Público. Houve uma preocupação de atuar conjuntamente com as diferentes instituições que trabalham na região do Marajó e Baixo Tocantins.

O segundo desembolso do projeto, feito pelo doador, foi realizado em 2023.

Componente 1 – NOVAS ÁREAS PROTEGIDAS: O objetivo desse componente é a designação e/ou criação de ao menos duas novas áreas protegidas, incluindo Territórios Quilombolas e/ou UC de Uso Sustentável, abrangendo pelo menos 200 mil hectares. Para isso, foram realizadas parcerias com ITERPA e IDEFLOR-Bio para apoio à titulação de territórios quilombolas e a criação de novas unidades de conservação, respectivamente.

A contratação de serviço de georreferenciamento de 10 mil ha para titulação de territórios quilombolas, em municípios do Marajó, Baixo Tocantins, Sudeste e Sudoeste Paraense, foi realizada para apoio ao ITERPA. O início das atividades foi programado para janeiro de 2024.

Em parceria com o IDEFLOR-Bio, foram pensadas as melhores formas de apoiar a criação de novas áreas protegidas. Duas frentes de ação foram iniciadas: a seleção de uma consultoria para a elaboração de um inventário florestal, contribuindo para os estudos de uma floresta estadual (FLOTA) a ser criada no município de Portel; e o termo de referência para a elaboração de diagnósticos sobre a situação socioeconômica (uso e ocupação do solo), fundiária e do ambiente natural (meio físico e biótico) de área descontínua, com cerca de 530 mil ha, para também subsidiar a criação de dois Refúgios da Vida Silvestre (REVIS) e uma Floresta Estadual (FLOTA) em Portel.

Componente 2 – PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS: O objetivo desse componente é a elaboração e implementação de Planos de Ação Territoriais, da prestação de assistência técnica e de mecanismos de financiamento para apoiar atividades econômicas sustentáveis e inclusivas.

Em parceria com a Secretaria Adjunta de Gestão de Recursos e Hídricos e Clima (SAGRH) da SEMAS, em dezembro de 2023, foi viabilizada a contratação da empresa CON&SEA para realizar uma consultoria de elaboração de diagnóstico socioeconômico e ambiental dos municípios de Portel, Breves e Melgaço. O diagnóstico será de fundamental importância para subsidiar o planejamento e as ações estratégicas para a implementação do Programa Territórios Sustentáveis (PTS) e outros projetos na região de integração do Marajó.

Componente 3 – CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: Um planejamento estruturado foi pensado para atuação nesse componente, que envolve não apenas o apoio financeiro, mas o treinamento em negócios de base comunitária. Para isso, foi

elaborado um termo de referência para contratação de organização da sociedade civil para apoiar o treinamento em gestão e execução de projetos para associações, cooperativas e fundações privadas quilombolas em alguns municípios das regiões do Marajó, Baixo Tocantins, Sudeste e Sudoeste Paraense.² Esse documento está estruturado em convergência com a Manifestação de Interesse de organizações quilombolas que estejam interessadas em participar deste treinamento, que irá preparar uma chamada de projetos, prevista para ser lançada em janeiro de 2024.

VALOR RECEBIDO	RENDIMENTO LÍQUIDO	EXECUTADO 2022	EXECUTADO 2023	EXECUÇÃO TOTAL
U\$ 19.754.200,00	U\$ 1.461.187,70	–	U\$ 354.796,06	U\$ 354.796,06

2. Municípios de Portel e Bagre (Marajó), Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará (Baixo Tocantins), Breu Branco, Tucuruí e Pacajá (Sudeste e Sudoeste Paraense).



8

Resultados
obtidos

14 iniciativas
em andamento

R\$ 3.384.303,56
em rendimentos

3 projetos em
prospecção

3 iniciativas
de fortalecimento
dos instrumentos
de gestão ambiental
integrada

5 iniciativas de
recuperação de áreas
degradadas
e o incremento de
estoques florestais

3 iniciativas de
promoção de
atividades e cadeias
econômicas
sustentáveis
pautadas no uso e
aproveitamento dos
recursos naturais

3 órgãos do
governo do estado
mobilizados

Materiais de
comunicação
e divulgação do
FAO elaborados

Parcerias
com OSC
fortalecida



9

Prospecções

A prospecção consiste em analisar minuciosamente as oportunidades e estudar os aspectos financeiros, jurídicos e técnicos relacionados aos financiamentos existentes. A negociação de um apoio financeiro pode durar de seis meses a dois anos, dependendo do financiador.

Ao longo de 2023, o FAO trabalhou com três possíveis fontes de financiamento: duas obrigações legais e uma doação. Dentre as obrigações legais, foi avaliada a possibilidade de parceria com a Associação de Criadores do Pará (ACRIPARÁ), no âmbito do TAC da Pecuária, bem como a possibilidade de execução de um recurso envolvendo um TAC entre o MPF e a empresa Hydro. Já no que se refere à doação, foi dada continuidade às negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estruturação de um programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) no Pará.

Cada prospecção envolveu ações diferentes, mobilizadas de acordo com as características da natureza jurídica do recurso e os parceiros envolvidos. Reuniões sobre o FAO e as modalidades de execução foram realizadas com representantes da sociedade civil, do Poder Público, de empresas e do Ministério Público Federal, tanto presencial quanto virtualmente. Também foram realizadas análises conjuntas sobre viabilidade e segurança jurídica do uso dos recursos.

Em parceria com a The Nature Conservancy (TNC) e com o BID, foram aprofundados os detalhamentos do projeto de PSA em negociação. O projeto visa o desenvolvimento de um piloto de pagamentos por serviços ambientais em áreas coletivas, que sirva como base para a estruturação do programa estadual. Ainda em aprovação interna do banco, o FAO vem apoiando a elaboração de documentos e a estruturação do planejamento.

Além dessas, outras fontes de financiamento foram analisadas, porém, acabaram apresentando soluções



**6 MESES
A 2 ANOS**

é quanto pode
durar a negociação
de um apoio
financeiro

diferentes. A conversão de multa, sinalizada no Relatório Anual de 2022 como uma potencial fonte de apoio ao FAO, não pôde prosseguir devido à legislação do Estado, que destina os recursos para o Fundo Público. Foi pesquisada a legislação vigente e realizada reunião com a Procuradoria do Estado, mas, dentro do modelo atual, não se verificou viabilidade.

Já os recursos da UK Pact para o estado do Pará acabaram sendo endereçados por outros parceiros, tais como: Climate Policy Initiative/PUC-Rio e The Nature Conservancy. Por fim, os recursos do BNDES para restauração florestal foram viabilizados pelo projeto Floresta Viva, também operacionalizado pelo FUNBIO, e destinados para a Bacia do Rio Xingu.



10

Ações futuras

O ano de 2023 foi importante para a estruturação da destinação dos recursos do FAO. Em que pese haverem sido definidas prioridades gerais, o detalhamento das atividades exigiu uma dedicação significativa das equipes do FUNBIO e da SEMAS.

Boa parte dos esforços realizados em 2023 apresentarão resultados já em 2024, com a execução dos termos de referência e especificações técnicas elaboradas. Alguns desses recursos preveem entregas finalísticas, enquanto outros serão usados como meio para se estruturarem planejamentos mais consistentes, como o diagnóstico socioeconômico e fundiário do TS.

Para 2024, estão previstas reuniões de planejamento e estruturação das novas linhas de captação do FAO, bem como a análise sobre formas de ampliação da execução.

